



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 - CC/PMPF**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.062/2026 – SEMED**

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM**, por meio da **COMISSÃO DE CONTRAÇÃO**, sediado Rua Urubuí nº 113, Centro Presidente Figueiredo/AM, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Legislação aplicável:** Esta licitação será regida pelas normas contidas na Lei Federal 14.133/21, ainda pela Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei complementar 147 de 07 de agosto de 2014, nos termos deste Edital análogos. contratos serão regidos pela Lei n. 14.133/21 e suas alterações posteriores.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR COM MOTORISTA E MONITOR, DESTINADO AO ATENDIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED. PELO MENOR PREÇO POR LOTE.**

Sessão: A abertura desta licitação ocorrerá no dia **22 de maio de 2026 às 13h** (horário de Brasília), através do endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

Presidente Figueiredo, (AM), 04 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** **ELIAN SOUZA MESQUITA**  
Data: 04/05/2026 14:54:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ELIAN SOUZA MESQUITA**  
**Agente de Contratação**  
**Decreto nº 3756 de 05/01/2026**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICO Nº 012/2026-CC/PMPF, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR COM MOTORISTA E MONITOR, DESTINADO AO ATENDIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, PELO MENOR PREÇO POR LOTE.**

O **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**, através da **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, torna público a abertura de certame licitatório, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO**, em conformidade com este Edital e seus anexos.

Esta licitação será processada e julgada pelo Agente de Contratação designado pelo do Decreto nº 3756 de 05 de janeiro de 2026.

Esta licitação será regida pelas normas contidas na Lei Federal 14.133/21 e ainda pela Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei complementar 147 de 07 de agosto de 2014, nos termos deste Edital análogos.

**Data da Sessão:** 22/05/2026

**Horário:** 13:00 (Horário de Brasília)

**Local:** Portal Licitanet – <https://www.licitanet.com.br/>

**Critério de Julgamento:** Menor Preço por LOTE.

**Modo de disputa:** Aberto/Fechado

Impugnações e Esclarecimentos até às 23h59min (Horário de Brasília), do dia 20/05/2026

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR COM MOTORISTA E MONITOR, DESTINADO AO ATENDIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DO CREDENCIAMENTO**

2.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no PORTAL LICITANET que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

2.2. O cadastro deverá ser feito no PORTAL LICITANET, no sítio <https://licitanet.com.br/>;

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

2.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL LICITANET** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL LICITANET**.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

#### **3.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:**

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.3.7. Consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;

3.3.7.1 A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

3.3.7.2 No que se refere à vedação de consórcio, cabe mencionar que se trata de faculdade da Administração conforme art. 15 da Lei nº 14.133/21, uma vez que o objeto em si poderá ser prestado por todos que detenham a atividade, sendo desnecessária a formação de consórcio para o cumprimento das obrigações de objeto. Tal vedação só se tornaria restritiva, se o objeto trouxesse situações factuais, econômicas, de mercado, etc, o que não é o caso do objeto deste processo.

#### **3.3.8. Que se enquadrem nas vedações abaixo, previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021:**

1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;

2. Empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau;

5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

6. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

3.3.9. Para os fins do disposto neste subitem, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (**Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813/2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/2010**).

3.3.10. É proibida a participação de empresa que já esteja contratada para serviços de assistência a fiscalização e gerenciamento do Município, se o objeto da presente licitação estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados.

3.3.10. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

**3.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:**

3.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

3.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

3.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

3.4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

#### **4. DO ORÇAMENTO SIGILOSO**

4.1 O orçamento estimado do presente serviço será de caráter sigiloso;

4.2 A IN – Seges/ME 65/2021 e o art. 24, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 preveem que o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, desde que justificado. Portanto, justifica-se que o valor estimado do item deste Pregão Eletrônico, encontra-se sob sigilo, pois busca-se a apresentação das propostas dos Licitantes em consonância com o preço praticado no mercado. Um possível Orçamento aberto ocasionaria preços que não se afastariam do valor inicial, prejudicando a apresentação da melhor proposta à Administração Pública. Também entendem dessa forma os autores Zymler e Dios, que afirmam o seguinte: *“A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada”*. Sendo assim, consegue-se ampliar a competitividade do certame, pois serão apresentadas melhores propostas para Administração. Caso assim não proceda, esse licitante corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances. Deste modo, verifica-se maior vantajosidade ao





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Município em se manter o Orçamento Sigiloso até a fase posterior a Rodada de Lances do Pregão Eletrônico, e assim, evitar preços que orbitem o valor obtido nos Orçamentos.

4.3 Para fins do disposto no subitem anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas;

4.4 O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

**5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, nos termos do art. 17 §1º da lei 14.133/2021 e:

**1) A fase de habilitação nesta licitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances** e de julgamento, para verificar se cada competidor possui os requisitos estabelecidos no edital para participar da competição, pois assim, evita-se que empresas que não possuam qualificação técnica necessária para cumprir o contrato concorram ofertando lances, correndo risco de prejudicar a licitação, gerando assim prejuízo para administração pública. Ou seja, apenas com empresas que realmente tenham capacidade técnica compatível com o montante de serviços ora apresentados e possam atender a administração dentro das normas vigentes e cumprir todos os prazos do futuro contrato.

5.1.1 A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, permitida no art. 17, §1º da NLLC, devendo a habilitação dos licitantes preceder (antes) a fase de apresentação de propostas e lances e julgamento, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame e neste caso, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, irão anexar exclusivamente a documentação de habilitação em campo específico no sistema, em seguida no campo do (s) item/lote (ns)(s) digitar apenas o valor de sua proposta inicial, sem o anexo da mesma, sob pena de inabilitação.

**2) A inversão de fases** trará benefícios para o erário, uma vez que a gestão municipal poderá avaliar com mais critérios a habilitação das empresas, com observância na sua capacitação técnica, com o objetivo de que a sessão de lances seja apenas com empresas que realmente tenham capacidade técnica compatível com o montante de serviços ora apresentados e possam atender a administração dentro das normas vigentes e cumprir todos os prazos do futuro contrato. Não obstante, a complexidade da proposta e sua elaboração de forma coerente e exequível é fundamental para a qualidade dos serviços prestados pelos licitantes.

**3) No caso a inversão das fases** será benéfica pois garantirá que apenas as empresas com expertise farão seus lances sem trazer prejuízos técnicos para esta Administração, *"visando a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros para que a proposta selecionada gere de fato o resultado esperado e a contratação mais vantajosa"*.

**4) A inversão de fases** também gera uma maior facilidade para os órgãos públicos porque se antes as licitações não estimulavam ampla concorrência pela dificuldade em analisar todos os documentos enviados, agora todo o processo ficou mais ágil. E o aumento da concorrência garante melhores preços para o Município em todas as suas instâncias.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, **os documentos de HABILITAÇÃO**, observado o disposto neste Edital quanto a documentação exigida para fins de habilitação.

5.3 O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, bem como, da proposta de preços, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4 As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

**5.5 O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, porém não irá usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21.**

5.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação e a proposta de preços anteriormente inseridos no sistema;





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

5.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

1) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

2) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

5.11 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.12 O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.15 A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O agente de contratação poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas

5.16 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.17 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1 O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.3 Obrigatoriamente, informar marca dos veículos, modelo e ano de fabricação.

6.1.4 A Planilha de Composição de Custos Unitários deverá conter todas as informações para a formulação da Proposta.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

7.2 O Agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 10 segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 05 segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto/Fechado, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de contratação.

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18 No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do agente de contratação aos participantes do certame, publicada no <https://licitanet.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A mais bem classificada nos termos do item/lote anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto/fechado.

7.28 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.28.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.29 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou entidade da Administração Pública licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2 Empresas brasileiras;

7.29.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2 O Agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **até 02 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31 Após a negociação do preço, o Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.32 O valor unitário ofertado (de cada item/lote da proposta), após a fase de lances (proposta realinhada), não poderá ser superior em relação ao valor unitário ofertado inicialmente pelo licitante (proposta inicial), tão pouco ser maior que o valor unitário estimado para a licitação (cada item/lote da proposta).





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.1.1 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório (Lei 14.133/21, art. 59, I, II, V).

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (orçado) ou que apresentar preço manifestamente inexequível (Lei 14.133/21, art. 59, III).

8.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, devendo a exequibilidade ser demonstrada quando solicitado pela Administração (Lei 14.133/21, art. 59, IV).

8.2.3 Serão considerados indícios de inexequibilidade as propostas valores inferiores a 30% (trinta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.2.3.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 8.2.3, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

8.2.3.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.2.3.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7 O Agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar em sede Diligência, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findar o prazo, e formalmente aceita ou não pelo Agente de contratação.

8.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9 Havendo necessidade, o Agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10 O Agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10.1 Também nas hipóteses em que o Agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10.3 Nos itens/lotos não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1 A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, permitida no art. 17, §1º da NLLC, devendo a habilitação dos licitantes preceder (antes) a fase de apresentação de propostas e lances e





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Julgamento, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame e neste caso, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, irão anexar exclusivamente a documentação de habilitação em campo específico no sistema, em seguida no campo do (s) item/lote (ns)(s) digitar apenas o valor de sua proposta inicial, sem o anexo da mesma, sob pena de inabilitação.

9.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, o Agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal LICITANET, e ainda nos seguintes cadastros:

9.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));

9.2.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

9.2.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.2.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.4.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.4.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.4.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

9.2.5 Constatada a existência de sanção, o Agente de contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL LICITANET**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à habilitação técnica.

9.3.4 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL LICITANET**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, a respectiva documentação atualizada.

9.3.5 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.4 Os documentos exigidos neste Edital e Termo de Referência, quando confeccionados pelos licitantes, somente serão aceitos e analisados se contiverem assinatura eletrônica.

9.4.1. Considera-se assinatura eletrônica, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 14.063/2020, os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos na referida Lei.

9.4.1.1. A assinatura eletrônica por pessoa física ou jurídica, mediante certificado digital, será verificada por meio de **análise do Verificador de Conformidades do Governo Federal** (<https://validar.iti.gov.br/> - atualizado) com fins de confirmar as propriedades do documento assinado eletronicamente. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico.

9.4.1.2. Serão desclassificados e/ou inabilitados os proponentes que apresentarem proposta ou documentação que contiverem assinaturas reprográficas, entendidas como aquelas reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos, e/ou com assinatura de próprio punho e digitalizados, e/ou assinatura eletrônica incompatível.

9.4.1.3. Recebida a Documentação de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação, obrigatoriamente, efetuará a verificação da veracidade dos documentos cuja emissão tenha sido realizada via internet, mediante conferência destes documentos nos respectivos sites emissores.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

9.4.1.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 horas**, sob pena de inabilitação.

9.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. **Se o licitante for a matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e **se o licitante for a filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.10. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Cópia do RG e CPF dos sócios da empresa autenticados ou CNH digital;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- g) Apresentar certidão expedida pela Junta Comercial do Estado, demonstrando e comprovando sua atual condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme art. 8º da Instrução Normativa 103/2007 do DNRC, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.
- h) Os documentos acima deverão apresentar o documento de constituição da empresa e as alterações posteriores quando houver, exceto se a última alteração for consolidada, caso contrário a empresa será inabilitada;
- i) Certidão Simplificada de arquivamento na Junta Comercial com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

9.11. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**, emitida via internet, com data de emissão não superior a 30 (trinta dias);
- b) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ESTADUAL e MUNICIPAL**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outro documento equivalente, na forma da lei.
- c) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- d) **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
- e) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- f) **Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- g) **Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- h) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**9.12. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, Certidão Unificada (capital e todas as Comarcas da Justiça Estadual que abrangem os Municípios do Estado do Amazonas), datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
  - a.1) Para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.
  - a.2) As empresas interessadas em participar desta licitação e que estejam em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL deverão apresentar:
    - a.2.1) CERTIDÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL expedida pelo órgão distribuidor da sede da licitante para este fim, datada de no máximo 30 (trinta) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.
    - a.2.2) A certidão citada no item anterior deverá ser acompanhada de comprovação que seu plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, nos termos da legislação em vigor;
    - a.2.3) A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos exigidos pela legislação vigente para a efetiva habilitação econômico-financeira, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- b) **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios nos termos do artigo 69, inciso I da Lei 14.133/21**, já exigíveis E APRESENTADOS NA FORMA DA LEI, ou documentação equivalente, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios devidamente registrados na Junta Comercial, com apresentação dos termos de abertura e de encerramento dos livros (cópia autenticada ou digital), caso contrário estará automaticamente INABILITADA.
- c) As empresas que realizam a Escrituração Contábil Digital - ECD (via SPED CONTÁBIL, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, na seguinte forma:
  - I. Recibo de Entrega de Livro Digital; Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital e Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED; no entanto deverão estar registrados na Junta Comercial da Sede da Licitante.
  - II. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial de abertura ao período de existência da sociedade (Lei 14.133/21, artigo 65, § 1º) e no caso de empresa constituída a menos de 02 (dois) anos, os documentos limitar-se-ão ao último exercício (Lei 14.133/21, artigo 69, § 6º), devendo ambos estarem devidamente carimbados e a assinados pelo representante legal da empresa e do contador com firma reconhecida em cartório ou assinatura com certificado digital; ou, ainda, a cópia do Livro Diário, contendo o balanço de abertura, termo de abertura, inclusive contendo o carimbo e a assinatura do representante legal da empresa e do contador ou transmitida via Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme incisos I e II acima;





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

III. As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia do recibo de entrega e da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.

- d) Prova de possuir capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta de preços (art. 69, § 4º da Lei Federal 14.133/2021);
- e) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1,0 (um) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo descritas, deverão ser apresentadas com o nome e assinatura e venha assinada com firma reconhecida pelo contador ou assinado com certificado digital, constando o número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, a ser ratificada através dos seguintes índices:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- e.1) **Nos casos em que as licitantes apresentarem resultado divergente, em qualquer dos índices citados nos índices de liquidez e não comprovarem o capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) no mínimo, do valor total pretendido pelo licitante em sua proposta inicial, estarão inabilitadas.**
- e.2) O patrimônio líquido mínimo e os índices financeiros mínimos serão obtidos através do balanço patrimonial do último exercício financeiro já exigível, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O penúltimo balanço patrimonial exigível será avaliado de forma complementar para demonstração da boa situação financeira da empresa.
- f) Declaração que contenha relação de compromissos assumidos, demonstrando que 01/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigente na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido, podendo este ser atualizado na forma do item anterior, devendo ser assinada pelo representante legal e pelo contador (conforme modelo anexo). Tal condição, consta no art. 69, §3º, da Lei nº 14.133/2021 entendido pelo Tribunal de Contas da União, que *pode ser demandado do licitante que apresente a relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados, ou seja, consideram-se apenas obrigações remanescentes dos contratos.* (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU).
- g) Com o objetivo de demonstrar a veracidade das informações prestadas na alínea anterior, o licitante deverá apresentar a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social.
- h) Caso seja detectada divergência no valor total dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, informada na declaração de que trata a alínea “e” (para mais ou para menos) em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), o licitante deverá apresentar os devidos esclarecimentos juntamente com a documentação referente à QUALIFICAÇÃO ECÔNOMICO-FINANCEIRA (artigo 69 - lei nº 14.133/2021) (conforme modelo anexo).
- i) Se a licitante não tiver compromissos, deverá apresentar Declaração neste sentido.
- j) Exigir-se-á dos Licitante, Declaração do corrente ano, registrado na Junta Comercial de domicílio, assinada por profissional Habilitado da área Contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que ateste os índices econômicos do licitante, de acordo com a previsão do edital.

**9.13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Comprovação de aptidão para o serviço do objeto licitado, mediante apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

licitante, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através do qual fique comprovado o serviço relacionado(s) ao objeto.

- a.1) Em não constando todas as informações nos Atestado(s) ou Certidão(ões), é possível apresentar em anexo, documentos complementares tais como nota fiscal, contrato e outros pertinentes, com dados suficientes para cumprimento da exigência editalícia.
- b) Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu/executou pelos 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades descritas no Termo de Referência apresentada na licitação.
  - b.1) Para efeito da alínea 'b', será admitido o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.
  - b.2) Não serão aceitos atestados Genéricos, os atestados obrigatoriamente deveram ter a quantidade de veículos e prazo de executado.
- c) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- d) Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Termo de Referência.
- e) As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.
- f) Declaração de que a empresa não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- g) Apresentar declaração de que, para fins assinatura do contrato, todos os veículos, a serem utilizados na execução dos serviços estarão regularmente licenciados para o exercício da atividade de transporte escolar e que atenderá todos os requisitos exigidos pelo DETRAN e CONATRAN.

9.14. Declaração de que a empresa dispõe de veículos vistoriados e licenciados no Estado do Amazonas, com

**AUTORIZAÇÃO ESPECÍFICA PARA TRANSPORTE ESCOLAR.**

9.15. Os veículos devem atender às exigências:

- a) Do Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
- b) Das Resoluções do CONTRAN;
- c) Da legislação estadual e municipal vigente.

9.16. Qualificação dos Motoristas:

- a) Idade igual, ou superior a 21 (vinte e um anos);
- b) Apresentar CNH categoria "D" ou superior, válida;
- c) Curso específico para condutor de Transporte Escolar (com certificado válido) por ocasião da assinatura do Contrato;
- d) Não possuem infrações graves, gravíssimas ou reincidência em médias, conforme art. 138 do CTB.

9.17. Seguro dos Veículos:

9.17.1. Declaração da própria empresa, devidamente assinada, de que os veículos estarão com seguro vigente durante toda a vigência contratual, com cobertura para:

- a) Passageiros;
- b) Terceiros.

9.17.2. Apresentar CRLV dos veículos para cada lote, com IPVA atualizado. A propriedade do veículo automotor poderá ser comprovada mediante apresentação de declaração assinada pelo titular constante na CRLV ou instrumento particular de compra e venda, registrado em cartório

9.18 Apresentar Licença de Funcionamento.

9.19. A falta de comprovação de quaisquer qualificações técnicas, nos termos exigidos, acarretará a inabilitação da licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.20 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.21 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.22 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor,





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.25 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.26 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de compras suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.27 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.28 Nos itens/lotos não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.29 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

#### **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 horas** a contar da solicitação do Agente de contratação no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada eletronicamente pela licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, ano, quantidade de Passageiros, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. **No momento da apresentação da proposta, o interessado deverá apresentar comprovante do recolhimento do valor de 1% do valor estimado da administração**, à título de garantia da proposta, com prazo de validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias, com data de emissão até o dia útil anterior a data de realização do certame como condição de participação neste certame licitatório, conforme art. 58, § 1º e art. 96, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades:

**1. Caução em dinheiro ou título da dívida pública**, que serão admitidos desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC - Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da EMPRESA CONTRATADA, a garantia a ser prestada, quando caução, deverá ser depositada, em nome da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, Conta Corrente nº 2006-0, Agência 3732, Banco Bradesco.

**2. Fiança bancária** - carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei nº. 6.015/73, art. 129;

**3. Seguro garantia** com validade correspondente ao prazo de 90 (noventa dias).





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

4. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

10.8 O valor recolhido (**caução em dinheiro**) será devolvido aos licitantes que participaram do certame no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, mediante solicitação do interessado.

10.9 O valor integral referente à garantia da proposta será executado no caso de recusa em assinar o contrato ou não apresentação dos documentos para a licitação e/ou contratação.

10.11 A não apresentação da garantia da proposta configura ausência de requisito de participação, com a consequente desclassificação da proposta e exclusão do licitante do certame.

10.12 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.13 Caso a modalidade escolhida para o Garantia da Proposta seja, o seguro Garantia, o mesmo será consultado no ato da abertura da sessão no SUSEP, a não validação da Apólice de Seguro no ato da Consulta, acarretará na desclassificação da proposta e a exclusão da licitante do certame.

#### **11. DOS RECURSOS.**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL LICITANET**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

#### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

14.1. De acordo com Termo de Referência.

#### **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.3.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.5.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.**

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **17. DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.**

17.1. Os critérios de execução do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19. DO PAGAMENTO.**

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

20.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

20.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (dez) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

20.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial dos Municípios e Portal da Transparência, as sanções administrativas previstas no ITEM 17.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

20.6. Da Fraude e da Corrupção - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.6.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **Prática corrupta:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) **Prática fraudulenta:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) **Prática concertada:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **Prática coercitiva:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **Prática obstrutiva:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

21.2. A **impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica no sistema LICITANET ( <https://licitanet.com.br/>).**

21.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal Licitanet no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

21.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <https://licitanet.com.br/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

21.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## **22. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

**22.1.** Da apresentação dos documentos de habilitação e demais documentos do certame

22.1.1. Os licitantes deverão apresentar **todos os documentos de habilitação, bem como quaisquer outros documentos exigidos neste edital e seus anexos, OBRIGATORIAMENTE em ARQUIVO ÚNICO, no formato PDF**, devidamente organizado, legível e em ordem sequencial conforme os itens deste instrumento convocatório.

22.1.2. Excepcionalmente, será admitido o envio da documentação em **até 02 (dois) arquivos no formato PDF**, devendo ser identificados obrigatoriamente como: **“Parte 1” e “Parte 2”**, mantendo-se a sequência lógica e a integridade dos documentos.

22.1.3. Os arquivos deverão conter a totalidade da documentação exigida, sendo de responsabilidade exclusiva do licitante a correta organização, juntada e integridade dos documentos apresentados.

22.1.4. Não serão considerados documentos apresentados de forma fragmentada em quantidade superior ao limite estabelecido neste item, salvo se expressamente admitido pelo Pregoeiro.

22.1.5. O descumprimento da forma de apresentação acarretará a **DECLASSIFICAÇÃO e INABILITAÇÃO** do licitante.

**22.2** A exigência de apresentação da documentação em arquivo único, admitindo-se excepcionalmente o envio em até 02 (dois) arquivos no formato PDF, tem por finalidade assegurar padronização, eficiência e segurança na condução do certame, especialmente em ambiente eletrônico.

A limitação do número de arquivos evita a fragmentação excessiva de documentos, o que dificultaria a análise pela Administração, aumentaria o risco de omissões e comprometeria o julgamento objetivo da habilitação.

A medida visa evitar a sobrecarga dos servidores e sistemas informatizados da Prefeitura, tendo em vista que o envio de múltiplos arquivos por diversos licitantes pode impactar negativamente o desempenho das plataformas eletrônicas, a capacidade de armazenamento e o processamento das informações.

A flexibilização para envio em até 02 (dois) arquivos atende situações técnicas como limitação de tamanho de upload dos sistemas, sem prejudicar a organização documental exigida.

A medida está em consonância com os princípios da eficiência, do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a exigência não restringe a competitividade, constituindo requisito formal e operacional, necessário à adequada instrução e análise do processo licitatório.

**22.3** Ressalta-se que a presente exigência não configura restrição indevida à competitividade, tampouco afronta o princípio do formalismo moderado, tratando-se de medida de natureza estritamente operacional e organizacional, destinada a viabilizar a adequada análise documental pela Administração. A exigência de envio em arquivo único, ou excepcionalmente em até 02 (dois) arquivos, não impõe qualquer dificuldade técnica relevante aos licitantes, sendo plenamente compatível com as práticas usuais de digitalização e consolidação de documentos. Ademais, a ausência de padronização na forma de apresentação pode comprometer a eficiência do certame e o julgamento objetivo, legitimando a Administração a estabelecer critérios mínimos de organização, nos termos dos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021. Portanto, eventual alegação de restrição à competitividade não merece prosperar, por carecer de fundamento fático e jurídico.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.

23.3. Em relação ao Estudo Técnico Preliminar, o Tribunal de Contas da União (TCU), em decisão proferida no Acórdão nº 2273/2024-TCU-Plenário, estabeleceu que a Lei 14.133/2021 não exige a inclusão do Estudo Técnico Preliminar (ETP) como anexo do instrumento convocatório nas licitações.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 23.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 23.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 23.11.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.13. A Prefeitura De Presidente Figueiredo, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 23.13.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.
- 23.13.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 23.14. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação
- 23.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/> ou <https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/presidente-figueiredo>.
- 23.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- Anexo I** – Termo de Referência;
- Anexo II** - Modelo de Minuta de Contrato;
- Anexo III** – Modelo de Proposta de Preços.
- Anexo IV** - Modelo de declaração de proposta econômica
- Anexo V** – Modelo de Custo Mão de Obra
- Anexo VI** – Modelo Custo Veículos
- Anexo VII** – Modelo Composição
- Anexo VIII** – Convenção Coletiva

Presidente Figueiredo - AM, 07 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente  
 **ELIAN SOUZA MESQUITA**  
Data: 04/05/2026 14:58:54-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
**ELIAN SOUZA MESQUITA**  
**Agente de Contratação Decreto nº**  
**3756 de 05/01/2026**





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR COM MOTORISTA E MONITOR, DESTINADO AO ATENDIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, VISANDO GARANTIR O DESLOCAMENTO DIÁRIO DE ALUNOS DA ZONA RURAL E URBANA PARA AS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, DURANTE O ANO LETIVO DE 2026, no Município de Presidente Figueiredo/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.**

**2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1 A presente contratação fundamenta-se nos arts. 6º, inciso XLI, 28, inciso I, e 29 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo adotada a modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, por se tratar de contratação de **serviço comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2.2 A utilização do Pregão Eletrônico justifica-se pela necessidade de assegurar maior competitividade, transparência e economicidade ao certame, em conformidade com os princípios da Administração Pública, especialmente os da legalidade, eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

2.3 O transporte escolar configura-se como serviço público essencial, diretamente vinculado à garantia do direito fundamental à educação, conforme previsto no art. 205 da Constituição Federal, sendo indispensável para assegurar o acesso e a permanência dos alunos na rede pública de ensino.

2.4 Destaca-se que o Município de Presidente Figueiredo/AM possui extensa área territorial, com significativa presença de comunidades situadas em ramais, vicinais e regiões de difícil acesso, o que torna o transporte escolar ainda mais essencial para viabilizar o deslocamento diário dos alunos, especialmente aqueles residentes na zona rural.

2.5 Nesse contexto, a adequada prestação do serviço contribui diretamente para a redução da evasão escolar, promoção da igualdade de oportunidades e garantia do pleno acesso à educação pública, justificando, assim, a necessidade da presente contratação.

**3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

3.1 A contratação se faz necessária para garantir o acesso e a permanência dos alunos nas escolas da rede pública municipal, principalmente os residentes em áreas rurais, comunidades indígenas e de difícil acesso, considerando que o transporte escolar é essencial para a continuidade da política educacional e a redução da evasão escolar.

3.2 A contratação emergencial é limitada no tempo e no objeto, não se destinando a substituir o procedimento licitatório regular, mas apenas a garantir a prestação dos serviços até sua conclusão.

3.3 A contratação possui caráter excepcional e transitório, limitada ao estritamente necessário para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais.

**4. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO**

4.1.1. Para fins de participação no certame, a empresa interessada deverá, cumulativamente, atender aos seguintes requisitos: Estar regularmente constituída e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), com atividade econômica compatível com o objeto da contratação;

4.1.2. Comprovar regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos da legislação vigente;

4.1.3. Comprovar qualificação técnica por meio da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação;

4.1.4. Comprovar qualificação econômico-financeira mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos exercícios sociais exigíveis, na forma da lei, que evidenciem a boa situação financeira da empresa;

4.1.5. Apresentar os demais documentos complementares exigidos no edital.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**5. PRAZO DE EXECUÇÃO**

5.1. O prazo de execução dos serviços será correspondente a 200 (duzentos) dias letivos, conforme o calendário escolar do Município, contados a partir da emissão da ordem de serviço ou da assinatura do contrato.

5.2. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, durante todo o período letivo, atendendo às rotas e itinerários definidos pela Administração, especialmente nas áreas urbanas, rurais e ramais do Município de Presidente Figueiredo/AM.

**6. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

6.1. Rotas dos Veículos:

**ROTA ÔNIBUS – URBANO/RURAL**

ITEM	TIPO	ESCOLA	ROTA	KM DIÁRIO	HORÁRIOS/ TURNO
1	ONIBUS	ESCOLA MUNICIPAL DA SEDE	BR 174, KM 107, Ramal do Urubuí I x Sede x Retorno	96	Matutino
					vespertino
					Noturno
2	ONIBUS	ESCOLAS DA SEDE	BR 174, KM 120, Comunidade Boa Esperança x Ramal Principal x Sede PF x Retorno	100	Matutino
					Noturno
3	ONIBUS	ESCOLA DA SEDE	Ramal Principal x Ramal João Crente x Ramal Principal x Sede PF x Retorno	60	Matutino
4	ONIBUS	ESCOLA DA SEDE	Ramal do Adelmo x sede PF x Retorno	120	Matutino
					Noturno
5	ONIBUS	ESCOLA DA SEDE	BR 174, KM 126, Comunidade Jardim Floresta x Sede PF x Retorno	100	Matutino
					Noturno
6	ONIBUS	ESCOLAS DA SEDE	BR 174, KM 126, Ramal do Urubuí II x Comunidade Jardim Floresta x Sede PF x Retorno	148	Matutino
					vespertino
7	ONIBUS	ESCOLA MUNICIAPL NOVA JERUSÁLEM	BR 174, KM 144 x KM 179 x Comunidade Nova Jerusalém x Escola x Retorno	210	Matutino
					Vespertino
					Noturno
8	ONIBUS	ESCOLA DA SEDE	Comunidade Maroaga x Sede PF x Retorno	72	Matutino
					Vespertino
9	ONIBUS	ESCOLAS DA SEDE	Comunidade Maroaga x Sede PF x Retorno	72	Matutino
					Vespertino
10	ONIBUS	ESCOLAS DA SEDE	Comunidade Maroaga x Sede PF x Retorno	72	Matutino
					Noturno
11	ONIBUS	ESCOLAS DA SEDE	Comunidade Maroaga x Creche Maria Emília x Creche Antônio Vieirax Retorno	72	Matutino
					Vespertino
		ESCOLA MUNICIPAL	Toda extensão do Ramal do Adelmo		Matutino





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

12	ONIBUS	ERNANDES SILVA DO NASCIMENTO	x Escola x Retorno	52	Noturno
13	ONIBUS	ESCOLA MUNICIPAL MANOEL BARBOSA	AM 240 - Ramal da Morena, saindo do porto PDS, KM 40 x Ramal da Morena Km 13 x Retorno	184	Matutino
					Noturno
14	ONIBUS	ESCOLA MUNICIPAL MARCOS FREIRE	Comunidade maroaga x Escola Marcos Freire x Retorno	45	Matutino
					Vespertino
15	ONIBUS	ESCOLA DA SEDE	BR 174, KM 57, Sede PF x Retorno	200	Matutino
16	ONIBUS	ESCOLAS DA SEDE	BR 174, KM 99, Comunidade Tracoá x Sede PF x Retorno	40	Matutino
17	ONIBUS	ESCOLA DO TRACOA	BR 174KM 57, X KM 99, Comunidade Tracoá X RETORNO	40	Matutino

**ROTA MICRO - ÔNIBUS – URBANO/RURAL**

ITEM	TIPO	ESCOLA	ROTA	KM DIÁRIO	HORÁRIOS / TURNO
1	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLAS DA SEDE	BR 174 Km 57 X Sede PF XRetorno	300	Matutino
					Vespertino
					Noturno
2	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLAS DA SEDE	BR 174 Km 57 X Sede PF XRetorno	300	Matutino
					Vespertino
					Noturno
3	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLAS DA SEDE	Ramal do Piquiá x Até KM 02 da AM 240 x Sede x Retorno	45	Matutino
					Vespertino
					Noturno
4	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLAS DA SEDE	Comunidade Maroaga, Ramal do Marionilson x Escola da sede x Retorno	60	Matutino
					Vespertino
					Noturno
5	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLAS DA SEDE	BR 174 Km 67 X Sede PF XRetorno	160	Matutino
					Vespertino
6	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL ERNADES SILVA DO	Ramal Principal x Escola x Ramal do Adelmo x Retorno	52	Matutino





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

		NASCIMENTO			Vespertino
7	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL ERNADES SILVA DO NASCIMENTO	Ramal Principal depois da Vila x Ramal João Crente x Escola x Retorno	50	Matutino
					Vespertino
8	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL ERNADES SILVA DO NASCIMENTO	Ramal Principal depois da Vila x Ramal João Crente x Escola x Retorno	50	Matutino
					Vespertino
9	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ASSUNÇÃO DE LIMA	Ramal do Urubui II x Ramal dos Passáros x Escola x Retorno x	80	Matutino
					Vespertino
10	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL CARLA JEANE DA SILVA	BR 174 KM 134, Comunidade Castanhal, Ramal da Micade x Comunidade União II x Escola x 4 Km depois da escola x Retorno	177	Matutino
					Vespertino
					Noturno
11	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL CARLA JEANE DA SILVA	BR 174 KM 134, Ramal da Micade do final x Nova união II X Retorno para o final do Ramal	180	Matutino
			BR 174 KM 134, Ramal da Micade do final x Nova união II X Retorno para o final do Ramal		Vespertino
			BR 174 KM 139, Comunidade Castanhal passa 2 km da BR x Ramal da Micade x Retorna para o final do Ramal da Micade		Noturno
12	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL CARLA JEANE DA SILVA	Cacaia x KM 22, Nova União x Cacaia	180	Matutino
			Cacaia x KM 22, Nova União x Cacaia		Vespertino
			Cacaia toda a extensão do Ramal até a Escola x Retorno		Noturno
13	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL SANTA TEREZINHA	BR 174 KM 139, Ramal Paraíso x Ramal KM 23 x Escola x Retorno	48	Matutino
					Vespertino
14	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL SANTA TEREZINHA	BR 174 KM 128 ao KM 144, Comunidade São Sebastião x Escola x Retorno	60	Matutino
15	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL ZITA GOMES	BR 174 KM 139, Comunidade Rio Pardo, Pupunhal x Gusmão Ramal Principal x Escola x Retorno	60	Matutino
					Vespertino
					Noturno
16	MICRO -	ESCOLA MUNICIPAL	BR 174 KM 200, Vila do Abonari.	180	Matutino





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

	ÔNIBUS	NOVA JERUSÁLEM	Ramal Seragro x KM 179 Comunidade Nova Jerusalem x Escola x Retorno		Noturno
17	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL NOVA JERUSÁLEM	BR 174 KM 205, Ramal do Robertinho KM 179, Comunidade Nova Jerusalém x Escola x Retorno	160	Matutino
					Vespertino
18	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL NOVA JERUSÁLEM	BR 174 KM 180, Ramal do Paulista x KM 179 Comunidade Nova Jerusalém x Escola x Retorno	60	Matutino
					Vespertino
19	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL NOVA JERUSÁLEM	BR 174 KM 180, Ramal do Paulista x KM 179 Comunidade Nova Jerusalém x Escola x Retorno	60	Matutino
					Vespertino
20	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL NOVA JERUSÁLEM	BR 174 KM 200, Vila do Abonari, Ramal Seragro x KM 179 Comunidade Nova Jerusalem x Escola x Retorno	180	Matutino
					Noturno
21	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL NOVA JERUSÁLEM	BR 174 KM 175, Ramal Nova Galiléia x KM 179 Comunidade Nova Jerusalém x Escola x Retorno	132	Matutino
					Vespertino
					Noturno
22	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL AREOLINO VICENTE	BR 174 KM 165, Ramal Principal Serra do Sol x Escola x Retorno	114	Matutino
					Vespertino
					Noturno
23	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL AREOLINO VICENTE	BR 174 KM 165, Ramal do Puraquê x Escola x Retorno	114	Matutino
					Vespertino
					Noturno
24	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL MINISTRO MARCOS FREIRE	AM 240 KM 02 x KM 04 ,Ramal da Lixeira x Escola x Retorno	52	Matutino
					Vespertino
25	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL HUGO CASTELO BRANCO	AM 240 do 23 ao 40 x Comunidade Novo Horizonte x Comunidade Cristã x Entrando nas Comunidades x Escola x Retorno	90	Matutino
					Vespertino
					Noturno
26	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL HUGO CASTELO BRANCO	AM 240 KM 28< Ramal do lado direito dos Paraenses x Ramal do Mariano x escola x Retorno	36	Matutino
					Vespertino
					Noturno
27	MICRO - ÔNIBUS	Escola Municipal Vereador Mario Roberto Caranha	AM 240 KM 50, Comuniadde São Miguel, Local Dionei x Escola x Retorno	80	Matutino
			Comunidade São Miguel, KM 70, Comunidade Fé em Deus x Escola x retorno		Vespertino
			Ponte do Ramal x Escola x Retorno		Noturno
28	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL MANOEL BARBOSA DE	AM 240 KM 73, Ramal da Morena - KM 01 ao 13 x Escola x Retorno	78	Matutino





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

		FARIAS			Vespertino
					Noturno
29	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MINISTRO MARCOS FREIRE	AM 240 KM 22 X 13 X ESCOLA RETORNO	54	Matutino
					Vespertino
					Noturno
30	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA DR. OCTAVIO LACOMBE	BR 174, KM 126, x Comunidade Jardim Floresta x Sede PF x Lacombe X Retorno	80	Matutino
					Vespertino
31	MICRO - ÔNIBUS	ESCOLA MUNICIPAL ALFREDO MARTINS	AM 240 KM 73, Ramal da Morena - PDS x Escola x Retorno	30	Matutino
					Vespertino

**ROTA PICK-UP – URBANO/RURAL**

ITEM	TIPO	ESCOLA	ROTA	KM DIÁRIOS	HORÁRIOS / TURNO
1	PICK-UP	Escola Municipal Marcos Freire	AM 240 Ramal do KM 13 X Brisa da Lua X Com	120	Matutino
					Vespertino
					Noturno
2	PICK-UP	Escola Municipal José Assunção de Lima	BR 174 KM 126 RAMAL NOVA FLORESTA E JARDIM FLORESTA DO KM 21 ATÉ A ESCOLA X RETORNO	126	Matutino
					Vespertino
					Noturno
3	PICK-UP	Escola Municipal Santa Teresinha	BR 174 KM 139, Ramal do Canoas, Ramal dos Esquecidos, Comunidade Rio Canoas X Escola X Retorno	120	Matutino
					Vespertino
					Noturno
4	PICK-UP	Escola Municipal Zita Gomes	BR 174 KM 139 Comunidade Rio Pardo, Vicinal Terra Preta Fundiária X Paraíso X Escola x Retorno	80	Matutino
					Vespertino
					Noturno
5	PICK-UP	Escola Municipal Nova Jerusalém	BR 174 KM 148 Comunidade Água Viva, Ramal Ponta de Pedra x Margem do BR x Retorno	82	Matutino
					Vespertino
					Noturno
6	PICK-UP	Escola Municipal Professor Zita Gomes	BR 174 KM 139 Comunidade Rio Pardo, Ladeira do azul X Canaã X Escola x Retorno	92	Matutino
					Vespertino
					Noturno
7	PICK-UP	Escola Municipal Santa Teresinha	Ramal Urubui II X Escola X Retorna para Urubui	68	Matutino
					Vespertino
					Noturno
8	PICK-UP	Escola Municipal Professor Zita Gomes	Ramal do Taxista x Escola x Retorna para o Ramal	60	Matutino
					Vespertino
					Noturno





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

9	PICK-UP	Sede	Ramal Urubui I vicina da perema X escola da sede X retorno	90	Matutino
					Vespertino
					Noturno
10	PICK-UP	Escola Municipal Ernandes Silva Do Nascimento	Ramal João Crente /Vivencial do Edvan X escola X retorno	72	Matutino
					Vespertino
					Noturno
11	PICK-UP	Escola Municipal José Assunção de Lima	URUBUI 2	72	Matutino
					Vespertino
					Noturno
12	PICK-UP	Escola Municipal Zita Gomes	RAMAL DO RIO PARDO	72	Matutino
					Vespertino
					Noturno
13	PICK-UP	Escola Municipal José Assunção de Lima	BR 174 KM 126 RAMAL NOVA FLORESTA E JARDIM FLORESTA DO KM 21 ATÉ A ESCOLA X RETORNO	126	Matutino
					Vespertino
					Noturno

6.2. Descrições e quantitativos a serem contratados:

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT VEÍCULOS	N. DE DIAS
1	<b>TRANSPORTE ESCOLAR.</b> Descrição: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar. Tipo <b>ÔNIBUS</b> : Com capacidade para no mínimo 44 (quarenta e quatro) passageiros, no máximo 10 (dez) anos de fabricação, com ar-condicionado, com direção hidráulica ou elétrica, com motorista e monitor, sem combustível, veículo limpo e higienizado em adequadas condições de conforto e segurança, havendo todos os equipamentos e acessórios de segurança obrigatório exigidos pela legislação em vigor. Franquia e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, em caso de sinistros a manutenção ou substituição imediata do veículo. O abastecimento será de responsabilidade do contratante.	UNID	17	200
2	<b>TRANSPORTE ESCOLAR.</b> Descrição: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar. Tipo <b>MICROÔNIBUS</b> : Com capacidade para no mínimo 23 (vinte e três) passageiros, no máximo 10 (dez) anos de fabricação, com ar-condicionado, com direção hidráulica ou elétrica, com motorista, sem combustível, veículo limpo e higienizado em adequadas condições de conforto e segurança, havendo todos os equipamentos e acessórios de segurança obrigatório exigidos pela legislação em vigor. Franquia e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, em caso de sinistros a manutenção ou substituição imediata do veículo. O abastecimento será de responsabilidade do contratante.	UNID	31	200
3	<b>TRANSPORTE ESCOLAR.</b> Descrição: contratação de empresa para prestação de serviços de transporte	UNID	13	200





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

escolar. Tipo <b>PICKUP 4X4</b> , com motorista, sem combustível, cabine dupla, no máximo 5 (cinco) anos de fabricação, quatro portas laterais, capacidade para 5 (cinco) passageiros incluindo o motorista, motor movido a diesel, com ar-condicionado, direção hidráulica, tração nas quatro rodas, vidro e trava elétrica nas quatro portas laterais. Características Adicionais: ficando a locadora responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, substituição dos veículos quando estiverem em manutenção, para percurso em perímetro urbano e/ou rural, com todos os equipamentos e acessórios de série e demais equipamentos exigidos pela legislação em vigor, conforme Termo de Referência. O abastecimento será de responsabilidade do contratante.			
--	--	--	--

## **7. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **7.1. UTILIZAÇÃO**

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o direito constitucional à educação, assegurando o acesso e a permanência dos estudantes nas unidades escolares, especialmente daqueles residentes em áreas afastadas, de difícil acesso ou sem oferta regular de transporte público.

No Município de Presidente Figueiredo/AM, as características geográficas, a grande extensão territorial e a existência de comunidades situadas em ramais, vicinais e, em alguns casos, áreas ribeirinhas, tornam o transporte escolar um serviço essencial para o funcionamento regular da rede municipal de ensino.

A ausência ou insuficiência desse serviço compromete a frequência escolar, contribui para a evasão e amplia desigualdades no acesso à educação.

A contratação formal do transporte escolar proporciona maior segurança, regularidade, fiscalização e padronização da qualidade dos serviços, além de possibilitar o adequado planejamento das rotas urbanas e rurais.

Dessa forma, a contratação atende aos princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público, isonomia e interesse público, sendo indispensável para o pleno atendimento das demandas educacionais do Município.

### **7.2. VANTAGENS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar mostra-se vantajosa para a Administração Pública, considerando:

- A redução de custos com manutenção da frota própria;
- A disponibilização de veículos em condições adequadas de uso, revisados e aptos à circulação;
- A substituição imediata de veículos em caso de falhas mecânicas, acidentes ou indisponibilidade;
- A cobertura securitária dos veículos, garantindo proteção ao patrimônio público e a terceiros;
- A melhoria na eficiência e continuidade da prestação dos serviços.

### **7.3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E FORMAÇÃO DOS LOTES**

Visando maior eficiência na gestão contratual, bem como a ampliação da competitividade e a otimização dos processos administrativos, a licitação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, adotando-se o critério de julgamento de **menor preço por lote**.

Os itens serão agrupados em lote(s), considerando a similaridade das rotas e características dos serviços, de modo a facilitar a execução, fiscalização e gestão contratual.

## **8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1. Os serviços deverão ser executados em estrita observância às disposições deste Termo de Referência e às orientações da fiscalização designada pela Administração.

8.2. A quantidade de veículos será definida conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as rotas estabelecidas.

8.3. A distribuição dos veículos ocorrerá mediante demanda e solicitação formal da Administração.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 8.4. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, sendo vedada qualquer relação de subordinação direta.
- 8.5. Os serviços serão executados durante a vigência contratual, mediante emissão de Ordem de Serviço.
- 8.6. Em caso de indisponibilidade do veículo por período superior a 48 (quarenta e oito) horas, a Contratada deverá substituí-lo por outro de características iguais ou superiores, sem ônus adicional ao Município.
- 8.7. A Contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, bem como por indicar oficinas autorizadas.
- 8.8. Na ausência de oficina no Município, caberá à Contratada providenciar o deslocamento do veículo, sem custos adicionais à Administração.
- 8.9. A Contratada deverá manter seguro total dos veículos, incluindo cobertura contra danos materiais e corporais a terceiros, com valores mínimos de R\$ 100.000,00 para cada tipo de cobertura.
- 8.10. Deverá ser disponibilizado serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas, inclusive em finais de semana e feriados.
- 8.11. Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados (CRLV) e com documentação regular.
- 8.12. A entrega dos veículos ocorrerá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Serviço.
- 8.13. Os veículos deverão conter identificação visual conforme padrão definido pelo Município.
- 8.14. A fiscalização da execução contratual será realizada pelo Município, podendo haver notificações formais para correção de falhas.
- 8.15.1. O fornecimento de combustível não integra o objeto da contratação, sendo de responsabilidade exclusiva do Município o abastecimento dos veículos durante a execução dos serviços.

## **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- 9.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar, mediante disponibilização de veículos novos ou seminovos, em perfeitas condições de uso, devidamente higienizados, revisados e licenciados, com documentação regular e cobertura securitária contra danos a terceiros.
- 9.2. A contratada deverá assegurar assistência 24 (vinte e quatro) horas, bem como realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, garantindo sua plena operacionalidade durante toda a execução contratual.
- 9.3. Deverá ser assegurada a substituição imediata dos veículos em caso de falhas mecânicas, acidentes ou qualquer outra indisponibilidade, de forma a não comprometer a continuidade dos serviços.
- 9.4. A solução contempla a disponibilização de veículos com características adequadas às condições das rotas (capacidade de passageiros, tipo de tração, acessibilidade, entre outros), especialmente considerando as peculiaridades geográficas do Município de Presidente Figueiredo/AM, com atendimento a áreas urbanas, rurais e ramais.
- 9.5. A contratação visa proporcionar maior eficiência, economicidade e flexibilidade à Administração Pública, evitando a imobilização de recursos em frota própria e reduzindo custos com manutenção, seguros e depreciação, garantindo, assim, a continuidade e qualidade do transporte escolar.

## **10. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 10.1. O prazo de execução dos serviços será de 200 (duzentos) dias letivos, conforme calendário escolar, contados a partir da assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Serviço.
- 10.2. Durante toda a vigência contratual, os veículos deverão permanecer à disposição da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações do Termo de Referência.
- 10.3. O contrato terá à vigência de 12 (doze) meses, sua prorrogação contratual poderá ocorrer, desde que devidamente justificada e nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **11. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO SERVIÇO**

- 11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 11.2. A contratada deverá indicar responsável técnico ou preposto, que responderá pela execução dos serviços.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 11.3. A fiscalização da execução contratual registrará todas as ocorrências, determinando as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades.
- 11.4. Os serviços deverão ser prestados conforme as rotas e demandas da Administração, permanecendo a contratada disponível para atendimento sempre que necessário.
- 11.5. O início da prestação dos serviços ocorrerá imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.
- 11.6. O recebimento dos serviços será realizado mensalmente, mediante atesto do fiscal do contrato, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 11.7. Todas as despesas, encargos e custos operacionais deverão estar inclusos na proposta apresentada, não sendo admitidas cobranças adicionais.
- 11.8. O contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o Termo de Referência e contrato.

## **12. DO GESTOR DO CONTRATO**

- 12.1. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento e gerenciamento da execução contratual, mantendo registro atualizado de todas as ocorrências.
- 12.2. Compete ao gestor acompanhar as atividades dos fiscais do contrato, bem como adotar as providências necessárias em caso de irregularidades.
- 12.3. O gestor deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução contratual.
- 12.4. Caberá ao gestor emitir relatórios de avaliação da execução contratual, com base nos registros da fiscalização.
- 12.5. O gestor deverá adotar providências para instauração de processo administrativo, quando necessário, visando à aplicação de sanções.
- 12.6. Ao final da execução contratual, deverá elaborar relatório conclusivo quanto ao atendimento dos objetivos da contratação.
- 12.7. O gestor encaminhará a documentação necessária para os procedimentos de liquidação e pagamento da despesa.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 13.1 São obrigações do CONTRATANTE, além de outras previstas em Contrato:
- a) Fornecer e/ou disponibilizar todos os elementos e informações gerais e específicas à empresa que vir a ser contratada, necessários para a boa execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
  - b) Permitir acesso aos técnicos da CONTRATADA às instalações do órgão contratante para a execução de levantamento afetos ao objeto.
  - c) Fiscalizar em todas as etapas, a execução dos serviços que deverão ser efetuados pela empresa que vier a ser contratada, através de seus prepostos, devidamente nomeado para a esta atribuição, cuja atuação não deverá restringir à responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, excluindo-se das obrigações da Contratada, os atos de legalidade e/ou ilegalidade de licitações ou contratos no transcorrer da vigência da contratação, bem como quanto à legitimidade e/ou autenticidade da documentação pertinente aos seus atos públicos.
  - d) Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo órgão público ou com as especificações constantes na presente dispensa, em especial no Termo de Referência.
  - e) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos produtos em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou problemas com qualidade ou validade.
  - f) Atestar as faturas correspondentes e fiscalizar o serviço por intermédio da FISCALIZAÇÃO.
  - g) Efetuar os pagamentos devidos à empresa CONTRATADA na forma estipulada neste instrumento.
  - h) Disponibilizar 01 (um) servidor da pasta para controlar os abastecimentos diários, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.
  - i) Notificar ao **FORNECEDOR**, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção.
  - j) Fornece ao **FORNECEDOR**, nomes e modelos de assinaturas dos responsáveis por





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

liberar autorizações para guia de fornecimento.

**14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**14.1 São obrigações da CONTRATADA:**

- a) Fornece, sempre que solicitada pela contratante, as informações necessárias ao bom andamento das aquisições contratadas.
- b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas.
- c) A **CONTRATADA** arcará, única e exclusivamente, com todos e quaisquer tributos, bem como, licenças, alvarás e ônus de natureza Federal, Estadual e Municipal decorrentes da celebração deste Contrato.
- d) São de exclusiva conta e responsabilidade da contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem.
- e) Executar os serviços de locação de transporte escolar em caráter emergencial, garantindo a continuidade dos serviços públicos essenciais da Secretaria de Educação do Município de Presidente Figueiredo/AM, em conformidade com este Termo de Referência, o contrato e a legislação vigente.
- f) Disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, segurança, conservação e funcionamento, compatíveis com a natureza emergencial da contratação e com as demandas administrativas, técnicas e operacionais do Município.
- g) Garantir a imediata disponibilidade dos veículos necessários durante toda a vigência contratual, observados os quantitativos definidos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- h) Entregar os veículos no prazo estabelecido pela Administração, devidamente registrados, licenciados, com CRLV vigente e comprovante de quitação do IPVA.
- i) Manter, durante toda a vigência do contrato emergencial, seguro total dos veículos, com cobertura mínima contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil, danos materiais e corporais a terceiros, assumindo integral responsabilidade, sem qualquer ônus ao Município.
- j) Responsabilizar-se integralmente pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo fornecimento de peças, mão de obra, revisões obrigatórias, serviços de borracharia e demais despesas necessárias à plena utilização dos veículos;
- k) Substituir o veículo locado por outro de características iguais ou superiores, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que ocorrer defeito, avaria, sinistro, manutenção prolongada ou qualquer situação que impeça sua utilização, sem ônus adicional à Administração.
- l) Disponibilizar serviço de assistência mecânica e reboque 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, em todo o território do Município de Presidente Figueiredo/AM.
- m) Arcar com todas as despesas decorrentes da retirada, transporte e devolução dos veículos para manutenção em oficinas autorizadas, inclusive quando situadas fora do Município, caso não haja oficina autorizada local
- n) Indicar previamente os contatos das oficinas autorizadas e manter comunicação permanente com o fiscal do contrato, garantindo agilidade nas providências necessárias à execução emergencial.
- o) Não transferir, subcontratar ou ceder, total ou parcialmente, o objeto do contrato, sem prévia e expressa autorização da Administração.
- p) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários decorrentes da execução contratual, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e o Município.
- q) Atender prontamente às solicitações da Secretaria de Educação e às determinações da fiscalização do contrato, adotando, de forma imediata, as medidas corretivas necessárias.
- r) Manter, durante toda a vigência do contrato emergencial, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- s) Os serviços contratados não **incluem o fornecimento de combustível**, sendo o abastecimento





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**18. DO PAGAMENTO**

18.1 Para habilitar-se ao pagamento a DETENTORA deverá apresentar a CONTRATANTE a 1ª via da Nota Fiscal com a devida discriminação dos objetos;

18.2 À emissão e apresentação de nota fiscal, acompanhada de documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.

18.3 Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, a Contratada deverá apresentar junto a Nota Fiscal:

a) Prova de **regularidade com a Fazenda Nacional** através de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, conforme **Decreto Federal nº 5.512 de 15/08/2005**, admitindo-se que seja emitida via Internet, no original, em validade.

b) Prova de **regularidade para com a Seguridade Social** através de **Certidão Negativa de Débito emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)**, admitindo-se a apresentação de certidão emitida via Internet, no original.

c) Prova de **regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, através do **Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal** demonstrando a situação regular da proponente, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em validade.

d) Prova de **regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da proponente em validade.

e) Prova de **regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da proponente, em validade.

f) Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa expedida pelo Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br)**, em validade.

18.4 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo funcionário do setor competente para fiscalização dos serviços, na Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, desde que entregue pela CONTRATADA à CONTRATANTE a nota fiscal devidamente preenchida acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista obrigatória.

18.5 A aceitação dos serviços será efetuada pelo setor responsável pela respectiva solicitação do órgão licitante, para posterior encaminhamento da Nota Fiscal para liquidação e pagamento.

18.6 Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

18.7 Na Nota Fiscal/Fatura deverá vir destacado, também, as retenções legais.

18.8 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

18.9 Nenhum pagamento será efetuado à licitante devedora, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que eventualmente lhe tenha sido imposta como penalidade.

18.10 A critério da Contratante poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas de responsabilidade da Contratada.

18.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad (6 / 100) \qquad I = 0,00016438$$





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**19. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

19.1 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do presente contrato, considerando seu prazo de duração de até 12 (doze) meses, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, sendo admitida a revisão para reequilíbrio econômico-financeiro, quando comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, conforme previsto na legislação vigente.

19.2 Fica ressalvada, exclusivamente, a possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mediante solicitação formal da Contratada e comprovação de ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que tenha causado desequilíbrio na equação econômico-financeira inicialmente pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

19.3 A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de análise técnica, jurídica e decisão motivada da Administração, não se caracterizando como reajuste automático ou periódico.

**20. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

20.1 A fiscalização da contratação será exercida pelo setor competente a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

20.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, conforme o art. 96 da Lei nº 14.133/21.

20.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a Execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**21. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

21.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 11.866.000,00 (onze milhões, oitocentos e sessenta e seis mil reais), conforme levantamento de preços realizado pela Administração, observadas as disposições do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

**22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

22.1 As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Município de Presidente Figueiredo/AM, consignados no orçamento vigente, conforme dotação orçamentária a ser indicada no momento da emissão da Nota de Empenho, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

**23. GARANTIA DA PROPOSTA**

23.1 Nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida a prestação de garantia de proposta, como condição para participação no certame, limitada a até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação. A exigência visa dar maior segurança e comprometimento dos licitantes com o processo, prevenindo a apresentação de propostas descompromissadas ou meramente especulativas, bem como eventuais desistências injustificadas após a fase de lances ou julgamento.

23.2 A exigência de garantia de proposta neste certame justifica-se pelos seguintes fatores:

23.3 Garantir a seriedade das propostas apresentadas, evitando a desistência de licitantes após a adjudicação ou a tentativa de renegociação de valores e condições previamente ofertadas;

23.4 O histórico de situações anteriores em que proponentes abandonaram o processo ou se recusaram a assinar o contrato, resultando em atrasos e transtornos à Administração Pública;

23.5 O fato de que a garantia de proposta não representa um ônus desproporcional ao licitante, sendo limitada a um percentual reduzido (1%) e podendo ser prestada por meio de caução em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia.

23.6 Assim, a exigência de garantia de proposta está em conformidade com a legislação vigente, observa o princípio da razoabilidade e visa proteger o interesse público, desestimulando condutas oportunistas e promovendo maior confiabilidade e competitividade ao certame. No presente pregão, será exigido dos licitantes o valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, a título de garantia de proposta.

23.7 *Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:*





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 23.8 Caução em dinheiro (conta corrente: 2005-2, agência: 3732, banco bradesco) ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- 23.9 Seguro-garantia, em nome da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo;
- 23.10 Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- 23.11 Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).
- 23.12 Validade do Seguro-Garantia de no mínimo 90 (noventa dias).
- 23.13 A Não apresentação da Garantia da Proposta, acarretará a desclassificação da proposta e a exclusão da mesma do certame.
- 23.14 Caso a modalidade escolhida para o Garantia da Proposta seja, o seguro Garantia, o mesmo será consultado no ato da sessão no SUSEP, a não validação da Apólice de Seguro no ato da Consulta, acarretará a desclassificação da proposta e a exclusão da licitante, do certame.

**24. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 23.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Figueiredo/AM para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Presidente Figueiredo (AM), XX de XXXX de 2026

Elaborado por:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Membro da Comissão de Demandas - Semed

Aprovado por:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal de Educação





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO**

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

A Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo/AM, por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no DOM de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.1** O Termo de Referência;

**1.3.2** O Edital da Licitação;

**1.3.3** A Proposta do contratado;

**1.3.4** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.1.1** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**3.2. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**3.3.** Em conformidade com o termo de referência.

**4. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

**4.1.** O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total da contratação é de R\$..... ( )

**4.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**5. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**5.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**6. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

**6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_(DD/MM/AAAA).

**6.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \_\_\_\_\_ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**6.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**6.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**6.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**7. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**7.1.** São obrigações do Contratante:

**7.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**7.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**7.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**7.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**7.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**7.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**7.8.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**7.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**7.10.** A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**7.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

**7.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**7.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI)**

Rua Urubuí, nº 113 – Centro – Presidente Figueiredo/AM





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**e XVII)**

- 8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.2.** Executar os serviços em conformidade com o termo de referência e seus anexos;
- 8.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.4.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.11.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.** **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**
- 9.1.** Em conformidade com o termo de referência.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- 1. Moratória de .....% (.....por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ....% do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ....% do valor do Contrato.
- 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ....% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

**10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**10.3.1** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.3.2** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**10.3.3** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.3.4** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**10.5.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**10.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (dez) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**10.10.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**11.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**11.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**11.2.1** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**11.3.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**11.3.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**11.3.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**11.3.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**11.4.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**11.4.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 11.4.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3** Indenizações e multas.
- 11.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.6.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**
- 12.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 12.1.1** Gestão/Unidade:
- 12.1.2** Fonte de Recursos:
- 12.1.3** Programa de Trabalho:
- 12.1.4** Elemento de Despesa:
- 12.1.5** Plano Interno:
- 12.1.6** Nota de Empenho:
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**
- 13.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**
- 14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 14.2.** A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 14.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**
- 15.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.
- 16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**
- 16.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA**

(Papel timbrado da licitante)

A Empresa [XXXXXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº XXX/XXX, que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no §1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

....., ... de ..... de .....

(Local)(Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal